

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1011300-34.2016.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral</b>
Requerente:	<b>Benedito Antonio Martins</b>
Requerido:	<b>Alcides Michilini</b>

**BENEDITO ANTONIO MARTINS** pediu a condenação de **ALCIDES MICHILINI** ao cumprimento da obrigação de fazer, consistente na transferência e regularização da propriedade do automóvel VW/Santana, placas BKN-2638, bem como ao pagamento dos encargos decorrentes da propriedade e de indenização pelos danos morais causados. Alegou para tanto, que o veículo fora entregue ao réu em 14 de setembro de 2011, em decorrência de uma Ação Pauliana que tramitou perante a 2ª Vara Cível local. Contudo, este não providenciou a transferência da propriedade perante os órgãos de trânsito, acarretando o direcionamento da cobrança dos encargos tributários para si e a lavratura de protesto em seu nome.

Deferiu-se parcialmente a tutela de urgência, a fim de impor ao réu a obrigação de promover a transferência do registro do veículo perante o órgão de trânsito.

O réu foi citado e contestou os pedidos, aduzindo preliminarmente a falta de interesse processual, pois o autor não comunicou a venda ao DETRAN, bem como a sua ilegitimidade passiva, na medida em que o veículo lhe foi entregue sem que tenha havido a regularização da propriedade pelo antigo dono. No mérito, afirmou que há débitos tributários anteriores à entrega do veículo, que não foi possível promover a transferência em razão de diversas restrições judiciais impostas sobre o bem e que o próprio autor concorreu para os fatos descritos na exordial ao não realizar a comunicação de venda.

Manifestou-se o autor, insistindo nos termos iniciais.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Há pretensão resistida e a via processual eleita pelo autor é adequada para solução do litígio. Ademais, a obrigação prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro incide nos casos em que há alienação de veículo automotor, cabendo ao vendedor promover a comunicação da venda mediante a exibição do DUT – Documento

**1011300-34.2016.8.26.0566 - lauda 1**

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Único de Transferência ao órgão de trânsito. No caso *sub judice*, entretanto, não houve venda do veículo, mas sim adjudicação do bem, razão pela qual eventual inércia do autor não traz qualquer efeito liberatório para o réu.

É inquestionável a legitimidade do réu para figurar no polo passivo da ação, haja vista ser o proprietário do veículo que se encontra registrado em nome autor. Rejeito as preliminares arguidas.

Na ação de execução que tramitou perante a 4ª Vara Cível local (autos nº 1023/07), o réu adjudicou o veículo VW/Santana, placas BKV-2638 (fl. 56), imitando-se na posse no dia 14 de setembro de 2011 (fl. 68). Embora pertencesse ao executado Silvério Martins Neto, o automóvel estava registrado em nome do autor perante o órgão de trânsito.

Cabia ao novo proprietário efetivar o registro de transferência da propriedade no prazo de trinta dias, conforme determina o art. 123, § 1º, do Código de Trânsito Brasileiro. Contudo, o réu deixou de cumprir tal obrigação, devendo responder pelos danos causados ao autor em decorrência da sua inércia.

Os débitos tributários incidentes sobre o veículo até a data em que ocorreu a adjudicação passaram a ser de responsabilidade do réu, por força do disposto no art. 130, *caput*, do Código Tributário Nacional: *Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.*

Nesse sentido, é insubsistente a alegação de que as multas e encargos tributários anteriores à adjudicação impediam a transferência do veículo junto ao órgão de trânsito competente. Caberia ao réu quitar os débitos pendentes e, posteriormente, transferir o registro de propriedade para si.

Refiro precedente do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"Ação reparação de danos. Manutenção do nome do Autor no CADIN depois da adjudicação do automóvel pela Ré. Dano moral configurado. Adjudicante que é a responsável pela liquidação dos débitos anteriores à data da adjudicação, nos termos do art. 130 e parágrafo único do CTN. Ré que tinha plena ciência das despesas relativas à regularização do veículo. Recurso provido." (Apelação nº 1022579- 91.2014.8.26.0564, 26ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Rel. Des. Pedro Baccarat, j. 20/03/2017).

É fato que pendiam sobre o veículo diversas restrições judiciais, as quais, inclusive, obstavam a transferência do bem. Contudo, como novo proprietário do

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

automóvel, era dever do réu pleitear em cada qual dos processos o levantamento da constrição. Aliás, o réu teve o prazo de cinco anos para cumprir tal obrigação, haja vista o interregno entre a data da adjudicação e do ajuizamento desta ação, mas optou por não regularizar o registro de propriedade, não podendo agora alegar a impossibilidade de cumprir a ordem judicial no prazo fixado.

Lembro precedente recente, também do E. TJSP, Apelação nº 1022983-09.2014.8.26.0576, Rel. Des. Danilo Panizza, j.24.05.2016, citando lição de Humberto Theodoro Júnior:

*Sendo a adjudicação um ato com atuação processual executiva do Judiciário, não pode a propriedade do bem ser transferido por meio do documento nominado “Autorização Para Transferência de Veículo” juntado a fls. 15, pelo fato de não ter havido uma transação comercial. Tal regularização se dará perante o órgão competente mediante o auto de adjudicação que, ainda na lição de Humberto Theodoro Júnior, “funciona como o título material da aquisição, e a carta de adjudicação, como o instrumento ou título formal para acesso ao registro competente, onde de fato se dará a transferência da propriedade...” .*

Explica-se, assim, que o demandado, obtendo a entrega do veículo em pagamento de seu crédito em execução, deveria ter pleiteado ao MM. Juiz do processo a expedição de carta de adjudicação ou documento equivalente, apresentando ao órgão de trânsito para a transferência do registro de propriedade. Competia-lhe também atuar para a remoção de obstáculos causados por terceiros, não pelo autor desta ação, ou seja, noticiar a adjudicação e requerer a exclusão das restrições e bloqueios efetuados, pois o autor sequer tinha legitimidade para isso fazer.

Ademais, a existência dos bloqueios judiciais não afeta a responsabilidade do réu pelos transtornos causados ao autor, ou seja, apesar das dificuldades relacionadas à transferência do bem, cabia ao réu adimplir todas as multas e tributos incidentes sobre o automóvel, impedindo, assim, o ajuizamento de ações de execução fiscal contra o autor e a lavratura de protesto em seu nome.

O seu descumprimento ocasionou inegáveis prejuízos ao autor, como a pendência de débitos perante o Estado e a inscrição do nome em cadastro de devedores. Dessa forma, responde o réu pelo constrangimento moral causado, nada importando que o autor tenha omitido a “comunicação de venda”, pois efetivamente não houve alienação e o dever jurídico de promover a transferência é de incumbência exclusiva do adquirente.

O E. Tribunal de Justiça de São Paulo assim tem decidido:

"Bem móvel. Compra e venda. Obrigação de fazer cumulada com reparação de danos morais. Inércia do adquirente na transferência de titularidade, o que era de sua responsabilidade, a teor do disposto no art. 123, §1º, do CTB. Inscrição do nome do autor na dívida ativa por débitos posteriores à

# PODER JUDICIÁRIO



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

alienação. Danos morais configurados. Sentença mantida. Recurso improvido. (Apelação nº 0002567-61.2014.8.26.0374, 36ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Walter Cesar Exner, j. 18/11/2016).

"APELAÇÃO - OBRIGAÇÃO DE FAZER - COMPRA E VENDA - TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DE VEÍCULO - INDENIZAÇÃO - DANO MORAL - Comprador que tinha a obrigação da transferência do Certificado de Registro de Veículo no prazo de 30 (trinta) dias nos termos do § 1º, artigo 123, Código de Trânsito Brasileiro - Demandado que não desincumbiu de tal ônus de transferência - Inscrição do nome do autor no Cadastro da Dívida Ativa e no CADIN - Danos morais configurados - Indenização fixada no valor de R\$ 3.000,00 que se mostra apta a sanar de forma justa a questão - Prazo de 60 (sessenta) dias estipulado para a transferência do veículo que deve ser mantido, posto que razoável a tomada de tal providência - Recurso desprovido." (Apelação nº 3000053-56.2012.8.26.0115, 28ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Mario Chiuvite Júnior, j. 12/04/2016).

Inegável o constrangimento causado, passível de ser amenizado mediante o pagamento de um valor compensatório pelo dano moral, ora arbitrado em R\$ 5.000,00.

O juiz, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e a duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes, conforme pondera o Professor Sérgio Cavalieri Filho (Programa de Responsabilidade Civil, Ed. Atlas, 9ª ed., pág. 98).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno o réu ao cumprimento da obrigação de fazer consistente em, no prazo de um mês, transferir para seu nome, perante o órgão de trânsito, o registro de propriedade do automóvel, sob pena de incidir em multa mensal de R\$ 500,00, confirmando a tutela de urgência concedida ao início da lide. Condeno-o também ao pagamento das multas de trânsito, IPVA e seguro obrigatório pendentes sobre o veículo. Responderá ainda, o réu, pelo pagamento de indenização por dano moral, do valor de R\$ 5.000,00, com correção monetária a partir desta data e juros moratórios contados desde a data do protesto (18.02.2014 – fl. 35).

Responderá o réu pelo pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona do autor fixados em 10% do valor pecuniário resultante da condenação.

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A execução das verbas processuais, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil, pois defiro ao réu o benefício da justiça gratuita.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 08 de abril de 2017.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**